

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE IMIGRAÇÃO EUROPEIA AO BRASIL ENTRE 1850 E 1950

Alexandre Berbert de Moraes

Amanda Dutra Hot

Curso: Licenciatura em História Período: 8º

Área de Pesquisa: História Social e História Política

Resumo: Através desse tema será possível trabalhar as políticas empreendidas a fim de atrair imigrantes a América, sanando a falta de mão de obra e de população para ocupar seus vastos territórios desabitados, e também compreender as questões ligadas à necessidade dos países europeus em conter as crescentes instabilidades sociais permitindo até certo ponto que sua população emigre em direção ao “Novo Mundo”. Avaliando então a influência dos governos envolvidos no processo de imigração avaliando as razões para o consentimento deles, pois quando esse processo não mais foi vantajoso a eles foi logo vetado, pondo fim ao que foi uma das maiores ondas migratórias já ocorridas.

Palavras-chave: Imigração; Brasil; Europa; Política Pública; Imigrantes.

1. INTRODUÇÃO

A vinda de imigrantes para o Brasil existe desde as grandes navegações. O descobrimento do continente americano iniciou uma tendência colonizadora que viria a trazer um grande número de pessoas ao “Novo Mundo”, e esse processo passou por períodos de picos e declínios, a partir de meados do século XIX houve um aumento na entrada de imigrantes no país por motivos diversos, essa imigração em massa de pessoas se manteve até o período da segunda guerra mundial vindo então a cair novamente devido a estabilização dos países de origem dos imigrantes.

As muitas mudanças em relação a imigração também serão vistas ao longo do trabalho, juntamente com a influência que elas têm no trânsito de pessoas entre países.

O recorte temporal a ser estudado se dá entre 1850 e 1950 e terá como foco de estudo a influência do estado na imigração, analisando então como esse processo só foi possível devido à participação do mesmo. Os países europeus permitiram que um grande número de pessoas deixasse seus territórios em busca de novas áreas, pois tal processo era vantajoso para eles, e no momento que essa tendência passou a ser vista como prejudicial ela foi logo interrompida pelos estados.

Assim como os países expulsos de imigrantes viam esse processo como benéfico até certo ponto, os países receptores de tais indivíduos também obtinham vantagens com a imigração, e tinham seus governos da mesma forma atuantes em relação ao citado processo, incentivando a entrada de indivíduos de outras nacionalidades.

O movimento de migração nos países receptores se deu para suprir certas carências neles encontradas, tendo como foco o Brasil, haviam deficiências como o despovoamento de vastas áreas do país, e a substituição da mão de obra escrava. E quando esse processo poderia se tornar prejudicial aos governos que acolheram os imigrantes se dá início então a um processo para minimizar tal diversidade cultural agora presente dentro das fronteiras do Brasil, buscando então eliminar então parte de sua identidade e diversidade cultural os englobando em uma única cultura.

Iremos ao longo do texto estudar as profundas influências dos estados no processo de transferência dessa massa humana de um continente a outro, e sem essa intervenção a onda migratória jamais teria alcançado as proporções que teve, e a ação dos governos se sobrepunha inclusive a vontade coletiva, criando restrições e regulamentos para que não houvesse tais processos migratórios contrários as políticas públicas.

Dessa forma vamos compreender como foi feita toda essa migração, e tamanha a infraestrutura existente para executá-la, segundo as ambições nacionais de diversos países. Pois a necessidade de deslocamento dessa massa de pessoas causou profundas modificações que levaram ao surgimento de uma grande rede de transporte, e todo um mecanismo de financiamento público/privado para arcar com os custos do traslado das pessoas desde o velho mundo, com seu traslado através do atlântico, e até sua chegada as novas residências no novo continente. Veremos também que as transformações realizadas durante esse processo deixaram marcas visíveis ainda hoje nas áreas onde tais políticas públicas foram mais influentes.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Referencial Teórico

2.1.1. A Participação da Europa na Emigração

O processo de emigração não se realizou de forma espontânea, tampouco seria possível sem o envolvimento direto ou indireto dos governos para consentir a saída de grandes massas de pessoas como ocorreu com a Europa. Mas a tolerância a emigração de sua população não foi um mero acaso, o aspecto de neutralidade dos estados europeus tinha uma face menos visível de grandes interesses e benefícios em potencial com a emigração.

Durante o século XIX o continente europeu foi sacudido por uma série de eventos que o levaria à beira do caos. As guerras napoleônicas, guerra Franco prussiana, fragmentação territorial, crescimento populacional, revolução industrial também ainda sobre os reflexos da revolução francesa criaram condições políticas e sociais que estavam além do que os estados poderiam lidar.

Fome, desemprego e doenças passaram a ser condições comuns a grande parte da população europeia, países ainda não unificados com Itália e Alemanha estiveram entre os mais afetados por tais problemas devido à grande divisão territorial que gerava um alto custo administrativo em pequenos estados, causando ainda mais pobreza.

A queda na produção agrícola devido a diminuição dos subsídios além de baixa competitividade em relação a produtos importados acarretou em revoltas em diversas partes da Itália, somando-se a isso as dificuldades financeiras causaram uma subnutrição que facilitou o contágio de doenças (CALSANI, 2010).

A transição do sistema de produção artesanal/feudal para a produção industrial capitalista gerou também uma série de modificações na estrutura social europeia que abalaria a estabilidade do continente.

[...] concentração da terra nas mãos de poucos proprietários; altas taxas de impostos sobre a propriedade, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimo e conseqüentemente endividamento; oferta por parte da grande propriedade de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor, e por fim, a transformação deste em mão-de-obra para a indústria nascente. À medida que se implantava tal processo, foi liberando um excedente de mão-de-obra que a industrialização tardia de países como a Itália e Alemanha, por exemplo, não tinha condições de absorver. Isso, aliado a um crescimento demográfico nunca visto, como o ocorrido no século XIX, quando a população da Europa aumentou em duas vezes e meia [...]. (ALVIM, 2006)

Para conseguir lidar com tamanha desordem os estados europeus se tornaram então expulsos de grandes quantidades de indivíduos como forma de conter tais distúrbios sociais. Dessa forma a saída de pessoas do continente se tornou uma válvula de escape para minimizar a pressão dos problemas que deixavam os governantes de mãos atadas sem poder lidar com tamanho caos.

Imagem 1: Embarque de Italianos para o Brasil, 1910.



Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo (1910).

Os países da Europa se tornaram passivos a saída de grandes contingentes populacionais, pois eram beneficiados diretamente com essas emigrações, os que de lá saíam em grande parte eram pessoas de classe baixas e conseqüentemente estavam em condições de vida muito precárias, a saída deles iria amenizar os problemas e possíveis distúrbios sociais.

[...] na Europa do início do século XIX, a migração tornou-se uma maneira de a população, também influenciada por agentes estrangeiros, fugir das dificuldades de subsistência provocadas pelas fracas colheitas e pelos altos impostos dos pequenos estados (SANTANA, 2010, p.237).

A população refém de tantos problemas acabava caindo na lãbia dos agentes de imigração, que os iludia com as mais diversas e fantasiosas promessas sobre a vida além-mar.

[...] era comum pregadores descrevendo o Brasil como o lugar em que crescem árvores que 10 homens não conseguem derrubar durante um dia. Sobre seus troncos, uma carroça pode fazer a volta e o homem não precisa suar, porque no Brasil existem máquinas que ceifam essas árvores quais alfanjes [...] (ALVIM, 2006).

As propagandas surreais colaboraram para trazer milhões de imigrantes ao Brasil, os iludindo com promessas beirando a fantasia. Mas a realidade encontrada do outro lado do Atlântico comumente estava distante do prometido, condições de

trabalho nas lavouras eram precárias, pois os cafeicultores estavam acostumados a empregar escravos em suas fazendas.

2.1.1.1. Dificuldades também na América

Após uma longa viagem em precários navios¹ que traziam um número de passageiros algumas vezes superior à sua capacidade com famílias dormindo no chão do convés. Novamente após desembarcar eram enviados a hotéis e hospedarias para imigrantes, que não raramente abrigavam números de indivíduos superior a capacidade, com instalações ruins e pouco amparo oferecido aos hóspedes devido a superlotação, e também a infraestrutura ainda em construção, incapaz de lidar com tamanho número de pessoas de forma eficiente.

A chegada dos europeus acabou fazendo com que os novos trabalhadores tivessem que enfrentar muitos abusos além dos endividamentos com os patrões principalmente devido às viagens subsidiadas.

As notícias de más condições encontradas pelos imigrantes nas lavouras de café fizeram com que fossem tomadas providências a respeito da emigração no continente europeu. A Itália através do Decreto Prinetti proibiu as viagens subsidiadas ao Brasil com exceção daquelas aprovadas pelo recém-criado CGE², essa restrição tinha como objetivo evitar que os italianos fossem atraídos com promessas fajutas e viessem a cair em desgraça em terras brasileiras (CALSANI, 2010).

Desejosos de substituir os escravos em suas fazendas, eles não mediram esforços. Assim, com o intuito de facilitar a realização de tais objetivos, uma infra-estrutura sem precedentes foi montada, envolvendo passagens gratuitas, arregimentadores em toda a Europa, colocação de colonos nas fazendas, construção de uma hospedaria em São Paulo para abrigar os recém-chegados até sua ida para as plantações de café, uma forma de pagamento que conjugava salários com os resultados da venda de produtos das lavouras pessoais no mercado. Todas essas transações, que exprimiam as relações entre colonos e fazendeiros, eram firmadas numa caderneta de trabalho, cuja capa trazia impresso um contrato (ALVIM. 2006 P. 250).

As restrições à saída de emigrantes acabaram por atingir não somente a Itália, mas também outros países da Europa. Essas reduções tinham como motivo as altas dívidas que os emigrantes contraíam com seus patrões antes mesmo de deixar a península itálica, através do financiamento de passagens, hospedagem e alimentação, que seriam pagas quando os mesmos estivessem trabalhando nas fazendas. Mas as dificuldades no campo somadas à baixa remuneração levou muitos a contrair dívidas que nunca conseguiriam pagar. Além da situação financeira, havia também uma precariedade nas instalações em que os emigrantes viriam a residir, sendo pequenas, muitas vezes dividindo espaço com ferramentas e até mesmo animais, carecendo de saneamento básico.

¹ Os navios que transportavam os imigrantes muitas vezes eram velhos cargueiros de carvão, e haviam sido adaptados ao transporte de pessoas.

² Comissariado Geral da Emigração

A primeira decepção era constituída, provavelmente, pela casa: nos casebres de madeira (mas enlameados), ou de pedra e cal, "o colono deveria sentir-se satisfeito se pudesse dormir sobre palha de milho (quando as encontrava), com a qual recobria o chão de terra batida" (TRENTO, 1989, P. 46).

Além das dificuldades enfrentadas pelos emigrantes no "Novo Mundo" outro fator contribuiu para a restrição a imigração. O grande número de indivíduos deixando a Europa, e principalmente o meio rural, causou um desequilíbrio populacional e contribuiu significativamente para o desaparecimento de muitos vilarejos.

Somado as restrições dos estados europeus, o período das guerras mundiais dificultou muito a continuidade do processo de emigração, pois o conflito tornou quase impossível a navegação à longa distância, inclusive devido os riscos de ataque inimigo e da divergência de posicionamento no conflito do governo brasileiro frente aos países de origem de grande parte dos imigrantes. Somando-se também a utilização dos navios como parte do esforço de guerra deixando o transporte de civis ainda mais debilitado

As emigrações causaram a separação de muitas famílias que se viram em uma situação de divisão entre dois continentes e sem possibilidade se serem unidas novamente. Mas houve pontos favoráveis as emigrações, que foram o fortalecimento das ligações com os países que receberam parte de sua população, aumentando as relações econômicas, sociais e históricas entre esses povos.

2.1.2. O Brasil na questão migratória

A situação durante o segundo reinado no Brasil apresentava certas dificuldades ao seu crescimento, um território de grandes dimensões como a herança da manutenção da unidade territorial durante o processo de independência, que manteve o país em uma situação de desprovimento de povoamento, o Censo demográfico de 1872³ evidencia a ausência de ocupação do território, pois os números apontam uma população inferior a dez milhões de habitantes, enquanto o território já era de dimensões continentais se alterando modestamente desde então.

Além do despovoamento, a quase totalidade do território era ainda muito desconhecido, regiões do país como o Centro-Oeste e o Norte permaneciam inexploradas e nas demais regiões havia uma subocupação, pois a pequena população brasileira estava concentrada principalmente na região litorânea, onde se deu a colonização, principalmente nas regiões Sudeste e Nordeste, enquanto as regiões mais interiores permaneciam no esquecimento e desconhecimento.

No próprio país havia então pouca possibilidade de se resolver tal demanda, pois a população nativa ficava em grande parte à margem do processo de crescimento do país, desde 1570 ainda no período colonial quando houve a proibição à captura e escravidão de indígenas que acabaram por ficarem excluídos da sociedade, sendo então marginalizados, apenas servindo como mão de obra secundária em casos de aldeias próximas a centros urbanos, mas não conseguindo se integrar a sociedade, dessa forma os indígenas deixaram de ser uma importante fonte de mão de obra e ficaram em grande parte isolados nas regiões onde a civilização ainda não alcançava, enquanto a escravidão africana viria a se tornar peça central para se suprir a demanda por mão de obra.

³ O Censo demográfico de 1872 foi o primeiro realizado no país, e possibilitou melhor conhecer a própria população com dados que antes desse trabalho não existiam.

[...] Os povos indígenas não eram suficientemente numerosos ou acessíveis para satisfazer a todas as demandas dos colonizadores por escravos e, além disso, as diretrizes econômicas e políticas dos monarcas ibéricos privilegiavam a substituição dos escravos nativos por africanos (THORNTON, 2004, p.195).

O outro grande entrave ao crescimento era que na segunda metade do século XIX as ideias abolicionistas⁴ já circulavam entre a sociedade, e o império havia se tornado economicamente muito dependente da mão de obra escrava, esta havia dominado desde os canaviais do nordeste açucareiro, a mineração de ouro nos séculos XVI e XVII, e também os cafezais que se tornaram força central da economia nacional nos anos de 1800, juntamente com uma grande força de trabalho urbano exercendo os mais diversos ofícios. Dessa forma para manter o crescimento econômico esquivando da escravidão era preciso encontrar outra abundante fonte de mão de obra.

Para suprir tais carências à solução foi adotar um incentivo continua a migração em massa de indivíduos ao Brasil para que pudessem então preencher tal lacuna e manter seu desenvolvimento.

2.1.2.1. Povoamento do Sul do Brasil

A região sul sempre foi estratégica para o Brasil, mas a grande proximidade com centros políticos e financeiros de países vizinhos, a colocava sob forte influência dos mesmos e somado a falta de povoamento criava uma preocupação ao governo imperial de que as pudesse perder como ocorreu com a província Cisplatina.

Analisando a Lei de Terras de 1850 já é possível perceber a intenção de atrair imigrantes como uma intenção do estado brasileiro.

Art. 17. Os estrangeiros que comprarem terras, e nellas se estabelecerem, ou vierem á sua custa exercer qualquer industria no paiz, serão naturalizados querendo, depois de dous annos de residencia pela fórma por que o foram os da colonia de S, Leopoldo, e ficarão isentos do serviço militar, menos do da Guarda Nacional dentro do municipio.

Art. 21. Fica o Governo autorizado a estabelecer, com o necessario Regulamento, uma Repartição especial que se denominará - Repartição Geral das Terras Publicas - e será encarregada de dirigir a medição, divisão, e descripção das terras devolutas, e sua conservação, de fiscalisar a venda e distribuição dellas, e de promover a colonisação nacional e estrangeira (Lei 601 de 18 de setembro de 1850).

Através dos artigos 17 e 21 da Lei 601 de 18 de setembro de 1850⁵ já estava prevista a participação estrangeira no processo de ocupação de terras inabitadas, a mudança das concessões para a venda dessas áreas propiciou uma maior facilidade para que outros possam adquiri-las, além de regulamentar a criação das colônias que iriam ocupar principalmente as terras do Sul do Brasil.

⁴ A possibilidade de se eliminar a mão de obra escrava colocava em risco de colapso toda a economia brasileira, que era fundamentalmente dependente da escravidão.

⁵ Conhecida como Lei de Terras de 1850, essa lei foi pioneira na regularização fundiária no Brasil, tendo como um marco a proibição da concessão das chamadas sesmarias, como ocorria desde os tempos coloniais.

As áreas do sul estão entre as primeiras a receber os imigrantes, tendo um clima mais ameno seria esse também mais semelhante ao ambiente europeu e por isso a região era mais almejada pelos imigrantes. As primeiras décadas da onda migratória irão receber majoritariamente agricultores, indivíduos com baixa qualificação profissional e que vão conhecer as técnicas de cultivo. Eles vão se estabelecer principalmente na região mencionada e iniciar o uso de terras até então desabitadas.

A ocupação da região sul, se tornou então um dos principais objetivos do governo para assegurar a posse das terras. O território foi alvo de ocupações e pequena escala desde o descobrimento do Brasil, entre eles as Missões Jesuítas e as primeiras colônias de imigrantes, entre elas a de São Leopoldo⁶, mas devido a extensão, essa ideia precisava ser feita em maior escala, aumentando então os incentivos a colonização.

Dados do censo de 1872⁷, décadas após iniciada a ocupação da região sul ainda evidenciam a falta de povoamento da região comparada a outras partes do Brasil, isso mesmo após o início da criação da colônia de imigrantes, a província do Rio Grande do Sul apresenta uma população próxima a 440 mil pessoas somando-se livres e escravos, da mesma forma em Santa Catharina há 159 mil pessoas, Paraná 126 mil.

As três províncias fronteiriças da região sul então apresentavam uma área de grande valor econômico e estratégico, mas um quase completo despovoamento havia-se uma carência de pessoas para exercer um papel de ocupar tais terras e utilizar do potencial das mesmas.

2.1.2.2. Substituição mão de obra escrava e preferência pelo europeu

O Censo de 1872 demonstra que após mais de duas décadas desde a lei Eusébio de Queirós que proibiu o tráfico negreiro, mais de 1,5 milhões de negros continuavam a trabalhar em regime de escravidão, sendo sua ocupação principalmente nas lavouras de café, mas destes apenas 138 mil eram africanos, os demais eram brasileiros. Dessa forma a legislação conseguiu pôr fim ao tráfico atlântico, que foi desautorizado em 1831 com a lei Nabuco de Araújo, mas a mesma não foi efetivamente praticada, permitindo que muitos africanos na condição de escravos ingressassem no Brasil.

⁶ A Colônia de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, foi fundada na década de 1820 e foi precursora da colonização estrangeira no sul do país, utilizada como um modelo futuramente.

⁷ O Censo de 1872 é fundamental para conhecer o perfil da população brasileira na época.

Imagem 2: “Café” de Cândido Portinari (1935).



Fonte: Arte na Rede.

As jovens lavouras de café do oeste paulista, diferentemente do decadente Vale do Paraíba, incentivaram a vinda do imigrante europeu para suprir sua falta de mão de obra, pois o sistema escravista já declinava assim como as regiões que faziam uso do mesmo, e a resistência ao uso da mão de obra negra crescia cada vez mais com o avanço das ideias abolicionistas.

Com a proibição na importação de africanos, e as crescentes restrições ao trabalho escravo estavam sendo implementadas pouco a pouco⁸, a imigração de mão de obra livre foi uma alternativa viável haja vista que poder ia-se trazer ao Brasil um trabalhador de melhor “qualidade” que o africano, pois o Europeu era considerado superior em diversos aspectos.

Sabemos que a vinda de imigrantes europeus para o Brasil vinculou-se a um anseio do estado brasileiro de branquear a raça. Não tendo havido nenhum empenho, nenhuma política pública para inserir o ex-escravo na produção, havia, segundo se propalava, “escassez de braços” para o trabalho. O anseio pelo branqueamento do país é explicitado enfaticamente por teóricos da questão brasileira, em especial aqueles da segunda metade do século XIX até o início do século XX (RAUTER, 2017, p. 69).

A abolição da escravidão em 1888 veio para libertar o negro e também deteriorar sua já precária condição de vida. Se antes ele poderia ser considerado uma mercadoria seu dono zelava por sua condição física como forma de garantir retorno de seu “investimento”. Agora com a liberdade os negros vão muitas vezes em direção as grandes cidades, mas não tem nenhum tipo de amparo do estado e já não dispõem de seu dono que ainda de forma precária garantia-lhe um teto, vestimentas e alimentação.

⁸ Leis como a do Sexagenário e do Ventre Livre estavam restringindo a escravidão, ainda que na prática tivessem pouca aplicabilidade, e não fossem de fato benéficas aos negros.

Nas cidades os negros vão habitar cortiços, e posteriormente construiram seus barracos em morros e encostas após a remodelação urbana ocorrida nas cidades no início do século XX. Eles encontram poucos empregos disponíveis devido a crescente presença de imigrantes no mercado. A falta de trabalho leva a população e geral a associa-los a pessoas preguiçosas e a crimes. A preocupação governamental com o perigo da ociosidade chegou as mais altas camadas do legislativo nacional, mas não por preocupar com o bem-estar dos negros.

O contexto histórico em que se deu a adoção do conceito de “classes perigosas” no Brasil fez com que, desde o início, os negros se tornassem os suspeitos preferenciais. Na discussão sobre a repressão à ociosidade em 1888, a principal dificuldade dos deputados era imaginar como seria possível garantir a organização do mundo do trabalho sem o recurso às políticas domínio características do cativo (CHALHOUN, 2006, p.23).

A preocupação com a maciça presença negra na sociedade brasileira era parte das ideias já presentes nos séculos XIX e XX, as teorias do branqueamento da população, pessoas das classes mais altas buscavam justificar a preferência pelo trabalhador branco tentando provar que ele de alguma forma era superior aos negros, teorias essas herdeiras da própria escravidão racial que considerava o negro inferior aos brancos e sem alma, e por isso poderiam ser submetidos a tratamentos desumanos.

As teorias sugeriam que a imigração exclusivamente de europeus faria com que o Brasil se tornasse um país de população majoritariamente branca, acabando então com a predominância negra entre o povo local. Dessa forma essas hipóteses vão reforçar a necessidade nacional da imigração europeia atendendo não somente questões econômicas e demográficas, mas também questões sociais.

Imagem 3: Homens e mulheres imigrantes na colheita do café (1930).



Fonte: Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

O Decreto Federal nº 528, de 28 de junho de 1890, poucos meses após a proclamação da república normatizou a entrada de imigrantes de forma que as mudanças políticas não pusessem fim à entrada de imigrante no Brasil.

Art. 1º E' inteiramente livre a entrada, nos portos da Republica, dos individuos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz [...], exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas (Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850).

Através dele se torna explícito a ideia de branqueamento da população, e a visão do europeu com um povo superior a outros, ela libera a entrada de europeus e barra o ingresso no país de africanos e asiáticos. Essa institucionalização do racismo por parte do estado reforçou ainda mais a exclusão sofrida pelos escravos, agora teriam de disputar postos de trabalho com indivíduos de melhor educação, capacitação profissional e principalmente de melhor “procedência étnica”, assim o processo de marginalização dos negros é concluído com a imigração atendendo a mais essa demanda estatal.

Art. 4º Os commandantes dos paquetes que trouxerem os individuos a que se referem os artigos precedentes ficam sujeitos a uma multa

de 2:000\$ a 5:000\$, perdendo os privilegios de que gozarem, nos casos de reincidencia (Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890).

Além das barreiras impostas a entrada dos asiáticos e africanos no Brasil é estipulada inclusive uma punição para a tribulação das embarcações que praticarem tal “delito”, esse artigo deixa ainda mais explicito a diferença de tratamento entre os europeus e os chamados “povos inferiores”.

2.1.2.3. Trabalhadores europeus para as cidades brasileiras

Diferente do processo migratório do século XIX, em que era dominado por camponeses o século XX traz uma novidade, uma maior industrialização nos países europeus envia a América imigrantes que agora são artesãos e operários, no Brasil eles se destinam as principais cidades para trabalhar nas ainda pequenas indústrias existentes principalmente na região sudeste. Muitas delas vão ver sua demografia ter um crescimento explosivo nas primeiras décadas do século XX (SEITENFUS, 1985).

A exemplo da grande presença de estrangeiros no Brasil a cidade de São Paulo tem ainda hoje visíveis influencias da imigração italiana. No início do século XX esse processo foi tão intenso que os italianos chegaram a compor metade dos 300 mil habitantes que a cidade tinha em 1905, chegando a dominar bairros inteiros como Brás, Bexiga, Barra Funda e Mooca e alguns setores da jovem indústria paulistana como a têxtil (BIONDI, 2010).

Essa diferença no processo migratório contribuiu para que os imigrantes se tornassem presentes em mais setores e locais do Brasil, não ficando restritos apenas as lavouras de café e as colônias do sul, mas agora também nas grandes e pequenas cidades. Eles estavam agora presentes em diversos segmentos da sociedade e não somente restritos a função de trabalhadores, muitos chegaram inclusive a se tornar donos de indústrias tendo como exemplo mais conhecido Francesco Matarazzo⁹ que após chegar ao Brasil conseguiu ascensão social a ponto de comandar o maior conglomerado industrial da América Latina.

Essa presença de estrangeiros na indústria nacional só foi possível devido ao maior grau de instrução que estes haviam recebido na Europa, dessa forma ao chegar na América viam uma imensidão de oportunidades que muitas vezes não eram notadas pelos nacionais. Essa situação foi motivo para o qual muitos imigrantes pudessem então abrir seus negócios no Brasil em setores diversos da economia, muitas vezes dando continuidade aos que já haviam possuído na Europa, com os quais tinham conhecimento e experiência.

A iniciativa dos imigrantes em empreender tornou cidades prosperas e levando o Brasil a um crescimento urbano sem precedentes, além de um salto populacional, como mostram os dados do censo de 1940 que apresenta uma população no país superior aos 41 milhões de habitantes, sendo parte desse crescimento fruto da grande migração ocorrida no período, além da diminuído a participação da agricultura na economia e criando novas oportunidades de emprego e renda. As chamadas indústrias de fundo de quintal criadas no período inicial do século XX fizeram o país dar um salto no desenvolvimento tecnológico diversificando também sua economia.

⁹ Francesco Antônio Maria Matarazzo é um exemplo de que a ascensão social a imigrantes foi possível, de forma a não generalizar é parte do cotidiano brasileiro ainda hoje ver descendentes de imigrantes como proprietários de grandes empresas que herdaram de seus antepassados, esse fato evidencia o maior grau de empreendedorismo dos imigrantes comparados a população brasileira.

2.1.3. Imposição Cultural Reversa

2.1.3.1. Europeu x indígena

O processo de colonização do Brasil foi marcado pela imposição cultural dos portugueses aos indígenas que tiveram de se adaptar a cultura portuguesa de forma compulsória.

Quando o português chegou
 Debaixo duma bruta chuva
 Vestiu o índio
 Que pena!
 Fosse uma manhã de sol
 O índio tinha despido
 O português
 (ANDRADE, 1995).

O poema “Erro de Português” de Oswald de Andrade retrata bem o processo de colonização do Brasil, onde o europeu desde o início exerceu uma dominação sobre os povos nativos, que deixou como maior legado a nossa língua que é o português.

Diferente do que ocorreu no século XVI a onda migratória dos séculos XIX e XX teve uma distinção. Os europeus que atravessaram o atlântico, dessa vez encontraram uma realidade na qual eles é que tiveram de se adaptar, e esse cenário era muito mais presente na vida dos imigrantes que se estabeleceram nas cidades e nas lavouras do interior. Quanto maior o contato com os brasileiros mais necessário era esse ajustamento cultural. Os grupos que permaneceram então com esse contato gradualmente foram se inserindo na cultura nacional agregando parte de sua própria cultura.

O cotidiano das cidades e a grande convivência com os brasileiros muitas vezes vão conseguir diluir sua cultura de origem os fazendo se adaptar aos costumes brasileiros, isso é visto principalmente nos grupos de imigrantes que não se mantinham unidos em grandes grupos e habitavam as cidades. Aos poucos sua cultura era suprimida devido ao pouco contato com conterrâneos¹⁰.

2.1.3.2. Isolamento e organização dos imigrantes

Os imigrantes que são destinados às colônias do sul do país tiveram um processo de distanciamento da cultura local. Devido à região ser ainda quase que totalmente desabitada não havia grande convivência com os brasileiros, e as colônias de imigrantes permanecerem isoladas mantendo dessa forma sua cultura com ênfase para os idiomas nativos preservados. Esse isolamento contribui não somente para a preservação cultural, mas também para uma autonomia dos imigrantes, devido à carência de serviços básicos eles mesmos tinham de se organizar e gerenciar as colônias como o autor cita a seguir.

O fraco grau de integração dos imigrantes chegados no Brasil no século XIX está intimamente ligado à localização das colônias. Estas vivem completamente isoladas: a extensão territorial, a falta quase

¹⁰Os imigrantes espanhóis apesar de estarem entre os mais numerosos no Brasil não tem uma preservação cultural como dos alemães e italianos, pois se fixaram principalmente nas cidades e não mantiveram uma união e preservação cultural tão forte em seu dia dia.

absoluta de comunicações e de organização administrativa (ausência de escolas, de hospitais, etc.), incitam o imigrante a resolver de maneira autônoma os problemas essenciais da vida comunitária. As autoridades governamentais, tanto as dos Estados como as da administração central, deixam os imigrantes organizarem-se livremente, pois não existem meios materiais nem vontade política para tomar outra atitude. Os teuto-brasileiros, ou seja, os brasileiros de origem alemã, não representam nesse momento nenhum perigo para a unidade nacional (SEITENFUS, 1985, p. 71).

Devido a essa fragilidade administrativa, os imigrantes do sul sendo principalmente Alemães e Italianos vão se organizar e manter laços com sua terra natal. Entre as principais necessidades estava a organização de escolas, elas vão ser instituídas de forma independente das instâncias governamentais brasileiras e utilizando até mesmo o idioma alemão como oficial. Como mencionado por Seitenfus são mais de 1.000 escolas que vão funcionar de forma similar ou idêntica e essa apenas no Rio Grande do Sul, sendo responsável pela educação de mais de 40.000 alunos, superando e muito a presença das escolas brasileiras.

Além do setor educacional a imigração trouxe forte influência estrangeira a outros segmentos. Jornais, Clubes recreativos, organizações operárias e sindicais foram criados e dominados por imigrantes durante um longo tempo. Por terem acesso a esses serviços na Europa os imigrantes fizeram o que estava ao seu alcance para ter os mesmos serviços na América, e mantiveram um laço com sua terra natal seja através de cartas a familiares ou acompanhando notícias através de jornais e posteriormente do rádio.

2.1.3.3. Os imigrantes em cima do muro

As guerras mundiais criaram certos transtornos a vida dos recém-chegados e seus descendentes, muitas vezes restringindo a liberdade cultural até então predominante. Se por um lado suas pátrias natais haviam lhe negado a paz, alimento e trabalho agora elas convocavam seus filhos desertores a retornarem e lutarem pelo país natal. A manutenção dos laços com familiares na Europa e ainda a existência de sentimentos por seus países fez com que muitos contribuíssem com a guerra, assim como coagissem outros a fazê-lo.

A entrada da Itália na guerra em 1915 criou divisões profundas em São Paulo, como aliás, na pátria. Os anarquistas do jornal Guerra Sociale alegaram que os "patrões italianíssimos" em São Paulo estavam demitindo trabalhadores aptos para constrangê-los ao serviço militar na Itália, e denunciaram "o indecente clamor da patriotada sem-vergonha". Industriais de origem italiana obrigaram seus operários a pagar uma "contribuição pro-pátria" em benefício do esforço de guerra da Itália [...] (HALL, 2010, p.51-52).

Da mesma forma que alguns se engajaram em retornar ao velho mundo para defender seu antigo lar, muitos se serviram do conflito para cortar relações com a Europa, seja por não concordarem com o conflito ou por serem prejudicados por ele. Mas independente do posicionamento, os imigrantes tinham o inevitável laço sanguíneo e étnico com os povos em guerra, e dessa forma poderiam ser facilmente vistos como inimigos pelos brasileiros.

O que fica evidente, assim, é que os operários italianos de São Paulo puderam, na maior parte do tempo, manter uma certa identidade como membros da classe operária [...] e como brasileiros (no caso dos filhos de italianos), mas convivendo com leves simpatias pelo nacionalismo e, posteriormente, pelo fascismo italiano, enquanto tais simpatias não entravam em choque direto com os ditames da sobrevivência. [...] (HALL, 2010, p. 82-83).

Os italianos, principalmente do meio urbano buscaram se adequar em relação as suas ideologias da forma que lhes fosse mais conveniente, podendo muitas vezes utilizar mais de uma delas. Mas uma das formas mais comuns de se apresentar era como operário, situação social em que a maior parte dos imigrantes da cidade de São Paulo vivia.

A manutenção dos laços com suas pátrias e a preservação de tradições e línguas nativas foram alvo de uma crescente perseguição pelo governo devido ao rumo que a guerra tomava.

2.1.3.4. Restrição as “Ideologias Alienígenas” e o incentivo ao patriotismo

Os rumores sobre a presença nazista no Brasil eram reais, visando atingir principalmente as comunidades germânicas no país, o governo alemão investiu em propaganda através de jornais e associações como forma de manter os imigrantes fieis a antiga pátria.

O nazismo entrou em ação no Brasil antes mesmo da subida de Hitler ao poder, pois desde 1929, sob a direção dos novos imigrados austríacos e alemães, surgem os primeiros núcleos hitleristas, que têm como tarefa a propagação das idéias nacional-socialistas na colônia alemã (SEITENFUS, 1985, p. 93).

Quando a política brasileira se inclina de forma definitiva aos aliados, o governo intensifica a campanha de nacionalização para minimizar a influência estrangeira no Brasil, como pode ser demonstrado no decreto nº 1.545 de 25 de agosto de 1939 em que diversas medidas explicitam certas restrições a estrangeiros e a sua cultura. Entre eles está à restrição a idiomas estrangeiros em escolas, igrejas e repartições públicas, assim como restrição a aglomerações de estrangeiros incentivo ao patriotismo e história nacional.

Imagem 4: Crianças fazem a saudação nazista em Presidente Bernardes, São Paulo.



Fonte: Aventuras na História.

A presença de um número tão alto de imigrantes e seus descendentes dos países inimigos do Brasil era um risco que precisava ser eliminado. Clubes e associações estrangeiras foram dissolvidos ou tiveram nomes e símbolos alterados para não mais fazerem alusão a um país inimigo¹¹.

Além das restrições aos que se encontravam em solo nacional são adotadas cotas que restringiam a entrada de mais estrangeiros no Brasil além de novas exigências e um maior controle por parte das autoridades das movimentações de pessoas.

Art. 14. O número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2%) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nesse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933 (Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938).

O início as restrições do Brasil a entrada de estrangeiros se deu em um momento em que a imigração urbana era predominante. Já não se via as grandes levas de europeus com destino as colônias do sul e aos cafezais paulistas como no século anterior.

A interferência do estado nas manifestações culturais estrangeiras também foi determinante nesse momento do processo de imigração juntamente com os esforços para nacionalizar os imigrantes. Se Getúlio Vargas é lembrado pelo forte incentivo ao patriotismo e nacionalismo, o início do processo de aculturação dos imigrantes não é de sua autoria, apesar de ser um grande incentivador do mesmo.

¹¹ Um dos principais casos de interferência do governo para a eliminação de laços culturais estrangeiros em solo nacional foi a mudança de nome do “Società Sportiva Palestra Italia” para uma nova denominação “Cruzeiro Esporte Clube” em 1942.

Art. 1º São cidadãos brasileiros: VI. Os filhos de outra nação que já residiam no Brasil no dia 15 de novembro de 1889, salvo declaração em contrario feita perante a respectiva Municipalidade, no prazo de seis meses da publicação do decreto da grande naturalização (Decreto nº 200-A, de 8 de Fevereiro de 1890).

O Decreto presidencial de Deodoro da Fonseca de nº 200 de 8 de fevereiro de 1890 evidencia a preocupação do governo com tamanho número de estrangeiros em solo nacional, buscando então torna-los brasileiros através desse episódio conhecido como “Grande Naturalização”, este viria a ser confirmado quando o ainda governo provisório cria a primeira constituição do Brasil republicano com o Artigo 69 Parágrafo 4º reafirmando o decreto anterior.

Posteriormente os discursos marcantes e com grande caráter nacionalista proclamados por Vargas deixavam explícita a sua visão política de uma única cultura nacional eliminando a diversidade aqui existente para minimizar a influência estrangeira no Brasil.

Em 1940 na cidade de Blumenau, Santa Catarina, onde historicamente é um dos principais redutos de imigrantes alemães no país, Vargas proferiu um discurso nacionalista visando demonstrar seu ponto de vista da sociedade ali existente. Sobre as indústrias na cidade de Blumenau Vargas mencionou:

[...]Esta capacidade de produção e este desenvolvimento progressista demonstram, evidentemente, que as correntes imigratórias selecionadas fortalecem a organização nacional, contribuindo, com a sua colaboração sadia, para o engrandecimento do país.

[...]O Brasil não é inglês nem alemão. É um país soberano, que faz respeitar as suas leis e defende os seus interesses. O Brasil é brasileiro. Agora, esta população, de origem colonial, que há tantos anos exerce a sua atividade no seio da nossa terra, constituída de filhos e netos dos primitivos povoadores, é brasileira. Aqui, todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque no Brasil receberam educação.

[...],Porém, ser brasileiro, não é somente respeitar as leis do Brasil e acatar as suas autoridades. Ser brasileiro é amar o Brasil. E' possuir o sentimento que permite dizer: "O Brasil nos deu o pão; nós lhe daremos o nosso sangue" [...] (VARGAS, O Sentimento de Brasilidade em Blumenau, 1940).

As frases de efeito utilizadas por Vargas visavam causar o maior impacto possível, e demonstram o projeto de governo que visava a nacionalização dos estrangeiros que no Brasil residiam. Essa política visava então um rigoroso controle sobre a presença estrangeira e também sobre a entrada de novos indivíduos.

[...] Desde o início, o Estado Novo implantou uma clara política de controle para a imigração de populações indesejáveis, como negros, judeus e asiáticos, o que se intensificou com o começo da guerra. Antes de Oswaldo Aranha, o ministro das Relações Exteriores era Mário de Pimentel Brandão, que emitiu várias circulares secretas que proibiam a entrada de elementos da “raça de Israel” [...] (BARONE, 2013, p. 69).

Dessa forma, o Estado Novo continuou a preservar as heranças que lhe foram passadas dos governos anteriores de selecionar quais grupos de imigrantes eram aceitos no país, mas agora adaptando uma visão ainda mais rígida, levando-se em conta também questões religiosas e políticas, além do monumental esforço governamental para suprimir as manifestações culturais contrárias aos planos do governo de uma cultura genuinamente brasileira e homogênea.

Mesmo com toda a pressão do estado durante a segunda guerra mundial para suprimir as “Ideologias Alienígenas”, elas conseguiram sobreviver à perseguição e se manter preservadas ainda hoje em muitos casos permanece mais preservada que na própria Europa.

A cultura europeia influenciou fortemente o Brasil, superando as dificuldades do isolamento no Sul, dificuldades financeiras e sociais nas lavouras e o conflito de classes nas cidades os imigrantes conseguiram construir uma melhor relação entre si e também com os brasileiros.

2.2. Metodologia

2.2.1. Unidade de Análise

Esta pesquisa esteve investigando os processos migratórios ocorridos entre 1850 e 1950 com destino ao Brasil e com origem na Europa. Para compreender melhor esse episódio, foram analisadas as motivações para tamanho número de indivíduos deixarem suas terras e familiares para atravessar o Atlântico. Também a situação encontrada no Brasil ainda convivendo com a escravidão a primeiro momento e com certos problemas que já não eram comuns a Europa.

Outro fator a ser analisado são as intenções governamentais que propiciaram todo o fato, pois elas foram fundamentais para a realização de todo o processo de imigração. Tanto os governos europeus quanto o governo brasileiro foram beneficiados de diversas formas com toda essa movimentação de pessoas.

Para a realização deste trabalho foram analisadas variadas fontes, entre elas estão artigos, livros, decretos governamentais, legislações e até mesmo discursos presidenciais.

Assim foram estudados tanto materiais oficiais que possibilitam uma investigação diretamente do posicionamento estatal sobre múltiplas questões em diferentes épocas do recorte temporal analisado. Esses materiais governamentais se confrontam também a análises de teses, confeccionadas por diversos autores, a respeito da imigração.

Essa análise permite ter uma compreensão conjunta da visão do governo, sendo está representado pelos documentos oficiais analisados e um olhar da sociedade sendo está refletido pelos autores que retrataram o tema de forma independente do poder estatal. Esse contraste de ideias sobre o assunto nos permite então uma visão mais clara do assunto e permitindo voz a ambos os lados da história.

A pesquisa aqui demonstrada foi feita tendo como campos historiográficos a história social e história política. O primeiro se fundamenta com o foco do trabalho na movimentação de pessoas entre a Europa e o Brasil no recorte de 1850 a 1950, levando-se em consideração suas motivações e como foi sua jornada. Já a história política pode ser demonstrada sobre o olhar da influência do estado nas migrações, todas as políticas implementadas para permitir essa movimentação de pessoas, o amparo governamental a elas ou até mesmo a falta dele também vista aqui. Outro ponto que também sustenta a presença da história política nesse trabalho é a

influência cultural dos imigrantes na sociedade brasileira e novamente a presença do estado para tentar criar uma cultura genuinamente brasileira eliminando então a influência estrangeira em todo o território nacional.

Para a realização de todo esse trabalho foi utilizada a metodologia qualitativa, pois são analisados dados a respeito da imigração, mas tendo como foco principal o cotidiano desse processo e não os números que a ele representam. As influências da política no processo migratório, e toda a situação por ela gerida, assim como as condições de vida dos imigrantes tanto na terra natal quanto na de adoção. Tudo isso é feito de forma a ser considerado a essência do trabalho.

2.2.2 Limites da Pesquisa

A intensa discussão feita ao longo deste trabalho sobre as influências políticas em meio a imigração acabam por se limitar ao que foi possível ser analisado, pois há uma amplitude de diversidade de fontes passíveis de observação, das mais diversas possíveis. Considerando apenas as legislações específicas a imigração já seria um trabalho inconcebível somente pelo fato da variedade de nacionalidade dos imigrantes que aqui se estabeleceram, e ainda assim seria um trabalho incompleto, pois estaria considerando unicamente a visão governamental.

Somando-se as fontes oficiais há também uma gama de trabalhos feitos sobre o tema em questão que poderiam ser utilizados nesse trabalho. Mas que o feito em questão seria sobre-humano analisar tamanho número de dados com a precisão que merecem.

Dessa forma a pesquisa se limitou a apenas algumas fontes que foram selecionadas entre muitas de forma que se contraponha em diferentes origens e pontos de vista a fim de agregar valor ao trabalho em questão.

3. CONCLUSÃO

Após a pesquisa aqui realizada, foi possível compreender que o processo de imigração da Europa para o Brasil compreendido no recorte temporal aqui descrito não seria possível sem os incentivos e colaborações dos estados envolvidos. Da mesma forma as políticas públicas aqui analisadas selaram o destino de povos com consequências seja elas positivas ou negativas que duram até os dias atuais.

A saída de imigrantes do continente europeu foi um processo que beneficiou tais administrações e por essa razão os mesmos foram coniventes com o êxodo de pessoas para a América, esse processo foi tolerado para amenizar os distúrbios sociais da Europa e quando estes deixaram de ser um problema a imigração logo passou a ser restringida e dificultada para evitar um despovoamento que começava a preocupar certas regiões do continente.

Influenciado por financiamentos públicos e privados, a vinda de imigrantes para o Brasil foi determinante também para criação de vínculos sociais com demais povos e fortalecer a diversidade existente no país.

As ações do estado brasileiro assim como o amparo que concedeu a determinados grupos propiciaram ascensão social aos que souberam deles se beneficiar, criando então a possibilidade de os imigrantes fundarem pequenas indústrias que se fortaleceram com o tempo, assim como a aquisição de terras levando ao surgimento de uma nova aristocracia.

Da mesma forma a falta de assistência do governo aos escravos recém-libertados privilegiando os imigrantes europeus, revela a visão de grande parte da sociedade da época que discriminou os negros e os levou a uma marginalização,

sem qualquer suporte do estado e perdendo seus postos de trabalho para os novos trabalhadores do velho mundo.

Assim, os decretos, leis, portarias e demais instrumentos utilizados pelos estados para legislar de governar trouxeram profundas mudanças com fortes efeitos ainda sentidos atualmente, tais políticas tanto beneficiaram imigrantes que aqui conseguiram a tão sonhada vida melhor, com mais possibilidades de crescimento e qualidade de vida, assim como foram também usadas para iludir pobres indivíduos que vieram a sofrer a pesada rotina do trabalho no campo, e também a perda do importante espaço que os negros ocupavam na economia antes da imigração.

Propiciaram também o alcance das ambições do governo brasileiro em ocupar regiões do sul do país e garantir então sua posse evitando então uma possível investida dos vizinhos no território nacional.

Por fim o processo de imigração levou a criação de laços entre países que muitas vezes se mantêm até os dias atuais, fortaleceu também a economia multiplicando a indústria, trazendo novas técnicas a agricultura, trazendo diversidade à cultura brasileira com todas as suas influências no idioma e culinária, mas trazendo também consequências como o aumento da desigualdade social no país, que necessitam então de novas intervenções do governo para sanar tais heranças deixadas por ações anteriores.

4. REFERÊNCIAS

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO Nicolau. Org. **História da vida privada no Brasil: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2006. p. 215-288.

ARTE NA REDE. **O Café de Portinari**. Disponível em: <http://artenarede.com.br/blog/index.php/o-cafe-de-portinari/>. Acesso em: 21 nov. 2019.

AVENTURAS NA HISTÓRIA. **Nazistas no Brasil**. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/nazistas-brasil.phtml>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BARONE, João; **1942: O Brasil e Sua Guerra Quase Desconhecida**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira Participações S.A., 2013. p. 1-283.

BIBLIOTECA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **O sentimento de brasilidade em Blumenau**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1940/04.pdf/view>. Acesso em: 28 set. 2019.

BIONDI, Luigi. Imigração Italiana e movimento Operário em São Paulo: UM Balanço Historiográfico. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. CROCI, Frederico. FRANZINA, Emilio Org. **História do trabalho e história da imigração: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 23-48.

BRASIL COLÔNIA. **Erro de Português - Oswald de Andrade**. Disponível em: <http://brasilcoloniaall.blogspot.com/2012/05/erro-de-portugues-oswald-de-andrade.html>. Acesso em: 3 set. 2019.

CALSANI, R. D. A. **O imigrante italiano nos corredores dos cafezais**: cotidiano econômico na alta mogiana (1887-1914). Dissertação (Mestrado em História), Franca, ago./2010. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/93257>>. Acesso em: 12 set. 2019.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial. 4. ed. São Paulo: editora Schwarcz, 2006. p. 1-250.

HALL, Michael M. Entre a Etnicidade e a Classe em São Paulo. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. CROCI, Frederico. FRANZINA, Emilio Org. **História do trabalho e história da imigração**: Trabalhadores Italianos e Sindicatos no Brasil (Séculos XIX e XX). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010. p. 49-64.

IBGE-BIBLIOTECA. **Censo de 1872**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v1_br.pdf . Acesso em: 22 ago. 2019.

IBGE-BIBLIOTECA. **Censo de 1900**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25474.pdf> . Acesso em: 1 set. 2019.

IBGE-BIBLIOTECA. **Censo de 1940**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/314/cd_1940_dadosgerais.pdf. Acesso em: 1 nov. 2019.

LABORATÓRIO DE ENSINO E DIDÁTICO MATERIAL. **Lei sobre a liberdade dos gentios, Évora, 20.03.1570**. Disponível em: http://lemad.fflch.usp.br/sites/lemad.fflch.usp.br/files/2018-04/Lei_de_liberdade_dos_indios_de_1570.pdf. Acesso em: 31 out. 2019.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Embarque de italianos para o Brasil, 1910**. Disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_022_004_011_001.jpg. Acesso em: 21 nov. 2019.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Homens e mulheres imigrantes na colheita do café**. Disponível em: http://www.inci.org.br/acervodigital/upload/fotografias/MI_ICO_AMP_043_002_030_001.jpg. Acesso em: 21 nov. 2019.

PORTAL D CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 200-A, de 8 de Fevereiro de 1890.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-200-a-8-fevereiro-1890-516313-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 set. 2019.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de Agosto de 1939.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto nº 528, de 28 de Junho de 1890.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acesso em: 26 ago. 2019.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Decreto-Lei nº 406, de 4 de Maio de 1938.** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 25 set. 2019.

PORTAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Lei de 7 de Novembro de 1831.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html . Acesso em: 28 ago. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm . Acesso em: 2 set. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 581, de 4 de Setembro de 1850.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM581.htm . Acesso em: 30 ago. 2019.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm. Acesso em: 1 nov. 2019.

RAUTER, C. M. B. Os que vieram para branquear o Brasil: o moinho de gastar gente e a imigração alemã no século XIX. **Revista da ABPN**, Goiânia, v. 10, n. 24, p. 67-88, nov./2017. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:uNGvjTBtmUoJ:abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/download/574/458/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 12 set. 2019.

SANTANA, N. M. C. D. Colonização alemã no Brasil: uma história de identidade, assimilação e conflito. **Dimensões Revista de História da UFES**, Petrópolis, v. 25, n. 1, p. 235-248, set./2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2553/2049>. Acesso em: 12 set. 2019.

SEITENFUS, R. A. S. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942**: O processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985. p. 1-488.

THORNTON, John; **A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico: 1400-1800**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 187-216.

TRENTO, Angelo. **Do Outro Lado do Atlântico**: Um Século de Imigração italiana no Brasil. 1. ed. São Paulo: Nobel, 1989. p. 1-577.